

LEI Nº 9.647, DE 06 DE JULHO DE 2020

Institui auxílio emergencial municipal para pessoas em situação de vulnerabilidade social agravada pela pandemia da doença infecciosa viral respiratória -COVID-19, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da <u>Lei Orgânica</u> do Município de Vitória, a seguinte Lei;

Considerando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do Novo Coronavírus;

Considerando a declaração de situação de emergência no âmbito do Município de Vitória por meio do Decreto nº 18.037, de 13 de março de 2020;

Considerando a declaração de estado de calamidade pública no âmbito do Município de Vitória por meio do Decreto nº 18.064, de 02 de abril de 2020;

Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - <u>Lei Orgânica</u> da Assistência Social - LOAS, alterado pela Lei nº 12.435/2011;

Considerando a Lei Municipal nº 8.216, de 16 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Único de Assistência Social de Vitória:

Considerando a necessidade de assegurar aos munícipes de Vitória, cuja situação de vulnerabilidade social foi agravada pela pandemia de COVID-19, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, conforme art. 8º do Decreto Federal nº 6.307/2007;

Art. 1º Institui o auxílio emergencial - assistência financeira temporária destinado a assegurar aos munícipes de Vitória, cuja situação de vulnerabilidade social foi agravada pela pandemia de COVID-19, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Art. 2º O auxílio que trata o Art. 1º consiste na transferência de renda mensal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) pelo período de 03 (três) meses para famílias cuja situação de



vulnerabilidade social foi agravada pela pandemia de COVID-19, conforme os critérios abaixo descritos:

- I Ser residente do Município de Vitória;
- II Estar inscrito no Cadúnico;
- III Ter renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa;
- IV Não ter recebido o auxílio emergencial do Governo Federal.
- V Não ter sido condenado por crime contra a administração pública.
- VI Não estar cumprindo pena em regime fechado.
- § 1º Serão contempladas até 3.433 (três mil, quatrocentas e trinta e três) famílias, total que atende cumulativamente aos critérios previstos nos incisos I a IV, conforme dados do Cadúnico Municipal, base de 13 de junho de 2020.
- § 2º Somente será concedido 01 (um) auxílio emergencial para cada família, entendendo-se como família o conjunto de pessoas que residem em um mesmo imóvel.
- § 3º Para efeitos de comprovação do inciso IV, o responsável familiar assinará uma declaração afirmando o não recebimento do auxílio emergencial do Governo Federal.
- Art. 3º O recebimento indevido do auxílio previsto no Art. 1º implicará na devolução do mesmo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de inscrição em dívida ativa, sem prejuízo de demais providencias cabíveis de responsabilização em âmbito cível e criminal.
- Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, natureza de despesa 3.3.90.48.99 Demais Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.
- Art. 5º A coordenação das ações decorrentes da presente Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- Art. 6º Esta Lei deverá ser regulamentada em até 30 (trinta) dias após sua publicação.
- Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jeronimo Monteiro, em 06 de julho de 2020.

Luciano Santos Rezende Prefeito Municipal

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 08/07/2020



Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

